



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

(11) 95446-2020 pormassas.org

Nº 21 - 16/05/2024



Carta aos trabalhadores, às centrais, aos sindicatos e aos movimentos

Permanece grave a crise no Rio Grande do Sul

- **Por um plano de emergência sob o controle da classe operária!**
- **Sem a organização dos trabalhadores, não é possível impor ao governo um plano de defesa da economia e de suas vidas**
- **Que as centrais, sindicatos e movimentos camponês e popular tomem em suas mãos as medidas de proteção aos pobres e miseráveis**
- **Somente com uma política de independência de classe se combaterá as manobras governamentais que servem sobretudo aos capitalistas**

No final de abril, as chuvas e os vendavais indicaram que o estado do Rio Grande do Sul (RS) enfrentaria uma situação de calamidade econômico-social. Já no início de maio, a população recebia o impacto do transbordamento dos rios, das enchentes, da destruição de pontes e estradas; cidades se alagavam, milhares eram desabrigados e cresciam as mortes e desaparecimentos. Diante de uma situação tão dramática, a população mais atingida teve de aguardar a morosidade das ações do governador Eduardo Leite e do presidente Lula. Até hoje prevalecem as disputas político-partidárias por cima da desgraça que atinge a maioria dos gaúchos.

A primeira manifestação nos marcos desse quadro dantesco foi a de ajustar os interesses políticos de um ferrenho opositor estadual ao governo federal. Eduardo Leite nada podia fazer sem recorrer à intervenção de Lula, que por sua vez estava obrigado a levar consigo os opositores, como o presidente do Senado e da Câmara de Deputados, que controlam o Congresso Nacional. Leite exortou um plano Marshall em referência à Segunda Guerra Mundial, quando o imperialismo vencedor, sob a direção dos Estados Unidos, passou a reconstruir a Europa reduzida a escombros. Esse aceno foi dirigido à burguesia brasileira, perante a qual responde o governo Lula e o Congresso Nacional. A figura do plano Marshall refletiu a impotência e o desespero de um governador opositor que tem de passar pelas mãos de seu adversário político. Essa relação não guarda nenhuma contradição do ponto de vista de classe. As autoridades do Rio Grande do Sul pedem socorro a um estado cujo peso econômico nacional é considerável e, em particular, nas relações federativas entre o Sul e o Sudeste.

As implicações da catástrofe são sobretudo importantes para a burguesia e sua governabilidade quanto ao golpe econômico que irradiará do estado sulista ao conjunto do País. Mas, certamente, pesa no outro prato da balança a crise social que tem se agravado nas últimas décadas. Os trabalhadores e as massas em geral do Rio Grande do Sul são os mais sacrificados. A pobreza e a miséria, embora relativamente menos sentidas que em muitos outros estados da federação, vêm à tona no mar de água, lama e destruição.

As discussões políticas sobre o plano federal e estadual evidenciam a orientação voltada a proteger o grande capital industrial e agrário. Os banqueiros fazem parte dos cálculos e das medidas esperando bons negócios. Mede-se também os gastos que deverão ser canalizados para os pequenos e médios proprie-

tários. A agricultura sofrerá em maior amplitude com as perdas econômicas. A indústria momentaneamente se ressentiu da interrupção da produção e do comércio. Ainda se avaliam os custos para reerguer a infraestrutura completamente danificada e desorganizada. Subordinada a esse quadro, Lula, Congresso Nacional e Leite têm de cuidar da questão social, que se manifesta na forma de desalojados e desabrigados. Os milhões de trabalhadores dependem do emprego e dos salários, ou da pequena agricultura e do comércio. Os empregadores já indicaram que não podem arcar com a manutenção dos empregos e salários, uma vez que também padecem da catástrofe climática. Querem garantir a proteção do Estado, sem garantir as relações trabalhistas vigentes antes do caos criado pelo dilúvio.

A possibilidade de revoltas populares está colocada. O reforço policial e militar indica que se constituiu uma força para conter o descontentamento que já desponta e que virá com mais ferocidade diante da indisposição dos governantes de proteger amplamente a maioria atingida e a disposição de favorecer os grupos econômicos. Essa é mais uma razão para se iniciar desde já uma organização operária e popular de defesa de um plano de emergência próprio.

No plano de Lula está previsto recursos da ordem de R\$1,2 bilhão para minimizar a situação desesperadora de cerca de 200 mil famílias. Segundo o governo federal, serão repassados R\$ 5,1 mil a cada unidade familiar que teve sua casa arrasada pela enchente. O número de 2,1 milhões de rio-grandenses que se viram atingidos pela catástrofe indica o tamanho da crise social. Os 800 abrigos são provisórios. Os 538,2 mil desabrigados que se refugiaram entre familiares logo terão de reconstituir suas vidas. Não pode haver dúvida de que passado o terror humanitário e a propaganda política dos governistas restarão a cada família as dores das perdas e as enormes dificuldades de restabelecer a “normalidade” que já era difícil (baixos salários, subemprego, más condições de saúde, educação etc.).

A separação e a contradição entre capital e trabalho são postas às claras na situação de desorganização econômica. O plano de recuperação do estado pressupõe e é condicionado pela supremacia do capital sobre o trabalho, da agroindústria sobre os camponeses e os pequenos produtores. As forças burguesas envolvidas na elaboração do plano procuram ocultar essas diferenças, interesses e choques de classe. Está aí por que a resposta do governador e do presidente Lula tem sido morosa se se considerada a dimensão da tragédia social. Os valores a serem

canalizados para o governador não são determinados pelas necessidades urgentes da população e, em particular, dos operários, dos demais trabalhadores urbanos e dos camponeses pobres. Ao contrário, são determinados pela política econômico-financeira vigente desde que Lula tomou posse e se colocou por realizar o ajuste fiscal.

A conduta do governador não é distinta, já que seu estado é um grande devedor da federação, cujo endividamento e déficit fiscal foram contraídos para impulsionar os negócios dos grandes capitalistas que exploram as vantagens regionais. O próprio governador alega que o endividamento serviu aos interesses nacionais. O Rio Grande do Sul contribui como grande produtor agroindustrial e agroexportador. Sendo assim, Leite reivindicou o perdão das dívidas. Lula ofereceu a suspensão do pagamento por três anos e a anistia aos juros. O montante dos juros praticamente equivale as parcelas da dívida que serão suspensas. O Tesouro da União assim contribuirá com R\$ 12 bilhões de juros que incidem sobre a dívida de aproximadamente de R\$ 100 bilhões. Calcula-se que a reconstrução do estado exigirá R\$ 90 bilhões. Para um estado rico mas falido financeiramente, é uma carga incompatível com as receitas e o alto endividamento. O governo federal anunciou uma ajuda de R\$ 50,9 bilhões.

Essa movimentação política e cálculos financeiros suscitaram a discussão sobre como o governo Lula compatibilizará os dispêndios no Rio Grande do Sul com o arcabouço fiscal, com a garantia do teto de gastos e, portanto, com a meta de não realizar gastos que se convertam em ampliação da dívida pública, que se estima que alcançará R\$ 7,4 trilhões em 2024. A carga de juros de R\$ 745,9 bilhões, apurada no início desse ano, esmaga o orçamento da União e provoca um pesado déficit fiscal. São esses valores que condicionam o plano de Lula, Pacheco e Lira. Antes de tudo, vem o compromisso de pagar juros e amortizações aos credores da dívida pública. Eis por que o pedido de Leite de uma anistia da dívida do Estado foi rejeitado. Ocorre que a maioria dos estados da federação é devedora do Tesouro Nacional. Os recursos que de fato serão canalizados para o Rio Grande do Sul estão sujeitos aos interesses dos grandes capitalistas e às negociações políticas.

Não se deve ter nenhuma ilusão no “humanitarismo” da burguesia, de Lula e de Leite. Os críticos da política fiscal de Lula, que exigem total inflexibilidade na aplicação do arcabouço fiscal, usaram a justificativa do humanitarismo para dizerem que a situação dramática da população rio-grandense inspira cuidado da federação, mas que o governo central deverá ajustar os gastos à meta do superávit fiscal. Exortam Lula a não colocar na conta da dívida pública os bilhões previstos no seu plano. Esses vivandeiros que servem ao capital financeiro aproveitam para apresentar as proposições fiscais que se voltam contra os assalariados e a maioria oprimida. Antes de ocorrer a tragédia, já haviam condenado o reajuste do salário mínimo, apesar de miserável. Fazem as contas para concluir que uma nova contrarreforma da Previdência tem de ser feita. Apregoam o fim dos gastos obrigatórios com a saúde e educação. Falam sobre a estimativa dos gastos primários que chegarão a 98% do Orçamento. Mas ocultam a carga de juros e amortizações que em 2022 ocuparam 46,30% do Orçamento, ou seja, em termos absolutos a dívida pública drenou R\$ 1,879 trilhão do Tesouro Nacional. Está previsto um crescimento significativo para 2024.

Esses vivandeiros do capital financeiro, que dizem ser necessário a união nacional para defender a economia e a população do Rio Grande do Sul, já têm os cálculos do aumento do montante de juros e amortizações, de forma que para garanti-lo querem que Lula e seus aliados de ocasião não sejam tentados a aumentar os gastos públicos sem realizar o corte na própria carne. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, do MDB, saiu a campo em defesa dos interesses do capital financeiro e dos monopólios que devem estar acima das necessidades prementes das massas trabalhadoras do país e agora em particular do Rio Grande Sul. Logo mais - assim que as águas baixarem, que os milhares de desabrigados procurarem seus locais de moradia, que os assala-

riados retornarem à produção, ao comércio e aos serviços e que os camponeses e pequenos agricultores reativem o plantio -, se terá a dimensão de quanto os pobres se tornaram mais pobres e os miseráveis mais miseráveis. Os grandes capitalistas da indústria, agroindústria, agroexportação e do comércio interno vão movimentar seus capitais contando com a reconstrução e com o apoio do Tesouro Nacional. Se o governo Lula e seus aliados de momento decidirem aumentar a dívida pública, os financistas continuarão ganhando com as altas taxas de juro. O Banco Central, apesar de ter sentido o aumento da pressão do governo, continuará a servir aos credores da dívida pública. Se, ao contrário, decidirem cortar na carne, também se continuará a servir aos credores. Qualquer desses caminhos levará a burguesia e seus governantes a descarregar a crise sobre a maioria oprimida.

Os trabalhadores do Rio Grande do Sul, certamente, sentem os impactos do desequilíbrio climático e suas consequências socioeconômicas. Diante de uma situação tão calamitosa como a destruição em grande escala da economia do Rio Grande do Sul em questão de dias, é que se tem a dimensão de quão profunda é a desorganização da classe operária e dos demais trabalhadores, do quão ampla é a sua dependência perante as forças capitalistas e o Estado burguês.

As centrais, sindicatos e movimentos se perfilaram à hipócrita campanha humanitarista da burguesia e de setores da pequena burguesia. Acomodaram-se às negociações entre Leite e Lula. Desconheceram o conteúdo de classe do plano de reconstrução do estado. Fecharam os olhos para a sujeição da maioria explorada às decisões governamentais. E assim se negaram a levantar bandeiras da classe operária e organizar um movimento independente, regional e nacional, que colocasse as necessidades dos explorados acima dos interesses de seus exploradores.

Estiveram e estão colocadas medidas de urgência que de fato protejam os milhões de desabrigados e desalojados. **Que os governos federal e estadual cancelem os juros e amortizações da dívida pública, direcionando-os para as necessidades urgentes das massas trabalhadoras. Que os ricos capitalistas paguem imediatamente uma taxa de proteção às famílias desassistidas, que deve ser calculada por um comitê de defesa operário-popular. Que todos os salários e direitos sejam pagos e assegurados pelos empregadores. Que não haja nenhuma demissão ou redução da jornada de trabalho com redução salarial. Que o comitê operário-popular a ser formado tomem em suas mãos as obras de reconstrução emergencial. Que se abram frentes de trabalho para que os desempregados e subempregados tenham garantido sua fonte de existência. Esse plano é próprio da classe operária e se contrapõe ao plano governamental que segue os interesses e as diretrizes do grande capital e dos credores da dívida pública.** Que se convoquem assembleias operárias e populares para que a população em luta tome em suas mãos o plano dos trabalhadores.

Por se tratar de um plano emergencial, deve prever a continuidade da luta que tenha por estratégia a defesa de um poder da classe operária e dos camponeses pobres, por meio do método da luta coletiva direta, pela organização das assembleias, pelos comitês e pela democracia nas discussões e decisões coletivas. Em meio ao caos que atinge a vida social, se gestará uma força restauradora no interior das massas que colocará a defesa de sua existência em suas próprias mãos. Estará em contraposição e choque à ordem burguesa. O problema está em que a necessidade instintiva dos explorados depende para se projetar politicamente de uma direção que apresente e lute pelo programa próprio da classe operária.

O Partido Operário Revolucionário defende que as centrais, sindicatos e movimentos camponês e popular organizem imediatamente uma campanha nacional independente do governo Lula, dos aliados de ocasião e da oposição representada pela direita e ultradireita, da qual faz parte o governador Leite. Que as centrais orientem os sindicatos e movimentos a convocarem urgentemente as assembleias e organizem os comitês de luta. Que as centrais lancem um plano emergencial dos trabalhadores!